

# MANUAL TRATAMENTO DAS DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) - 2024

## **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – MPO**

### **Ministra do Planejamento e Orçamento**

Simone Nassar Tebet

### **Secretário-Executivo**

Gustavo José de Guimarães e Souza

### **Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**

Patrícia Alvares de Azevedo Oliveira

### **Coordenadora-Geral de Controle Interno**

Diana Coelho de Lima

### **Chefe de Serviço**

Ana Paula Rost

### **Informações**

**E-mail:** [aeci.mpo@economia.gov.br](mailto:aeci.mpo@economia.gov.br)

\*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Ministério do Planejamento e Orçamento  
[gov.br/planejamento](http://gov.br/planejamento)

 [@MinPlanejamento](https://twitter.com/MinPlanejamento)

 [@planejamentoeorcamento](https://www.instagram.com/planejamentoeorcamento)

# SUMÁRIO

- GLOSSÁRIO .....4
- INTRODUÇÃO .....5
- AECI .....6
- AECI - EIXOS DE ATUAÇÃO .....7
- DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE .....8
- TRATAMENTO DAS DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE NA AECI.....9
- DEMANDAS ENVOLVENDO MAIS DE UM ÓRGÃO .....10
- DEMANDAS ENVOLVENDO PLANO DE AÇÃO .....10
- TIPOS DE DELIBERAÇÃO TCU .....11
- DEMANDAS ENVOLVENDO RECURSOS EXTRAJUDICIAIS PERANTE O TCU .....13
- TIPOS DE RECURSOS .....14
- SISTEMA CGU .....15
- PLATAFORMA TCU .....15
- DEMANDAS SEM PRAZO .....16
- REUNIÕES DE ALINHAMENTO .....17
- PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO .....18
- PLANO DE COMUNICAÇÃO AECI .....19
  - PAUTAS SEMANAIS TCU.....20
  - PONTOS DE ATENÇÃO QUINZENAL .....20
  - RELATO GERENCIAL AO SECRETÁRIO-EXECUTIVO.....21
  - INFORMES À SOF .....22
  - INFORMES SEMANAIS À MINISTRA.....23
- CONTATOS AECI .....24

# GLOSSÁRIO

**Órgãos de Controle Interno** - Controladoria-Geral da União e demais órgãos de controle interno dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Órgãos de Controle Externo** - Tribunal de Contas da União e Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal, e, onde houver, dos Municípios.

**Outros órgãos dotados de competência legal para elaborar recomendações à Administração Pública Federal** - Ministério Público da União e Defensoria Pública da União.

**Órgãos de defesa do Estado** - órgãos que integram as Polícias.

**Determinações** - comandos para execução de providências, resultantes de decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União.

**Recomendações** - orientações de providências a serem implementadas, assentadas em decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União, ou em conclusão de trabalhos de auditoria da Controladoria-Geral da União, ou ainda expedidas por órgãos federais de defesa do Estado dotados de competência legal para a prolação de recomendações aos órgãos do Ministério do Planejamento e Orçamento

**Recursos de decisões do TCU** - existem 5 tipos de recursos em processos do TCU, os quais podem suspender parte ou toda a decisão recorrida enquanto não analisados. Os recursos são:

- reconsideração – cabe recurso de reconsideração de decisão definitiva em processo de prestação ou tomada contas, inclusive especial, com efeito suspensivo, dentro do prazo de quinze dias;
- reexame – cabe pedido de reexame de decisão de mérito proferida em processo concernente a ato sujeito a registro e a fiscalização de atos e contratos;

- embargos de declaração – cabe quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão do Tribunal, dentro do prazo de dez dias;
- embargos de declaração – cabe quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão do Tribunal, dentro do prazo de dez dias;
- revisão – cabe revisão de decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas, inclusive especial. Tem natureza similar à da ação rescisória.



# INTRODUÇÃO

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) foi criado a partir do desmembramento do antigo Ministério da Economia (ME) por meio da Medida Provisória nº 1154/2023, que foi convertida na Lei nº 14.600/2023.

Em 1º de janeiro de 2023, com a publicação do Decreto nº 11.353, que, entre outros, aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), posteriormente alterado pelo Decreto nº 11.398, de 2023, foi instituída a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), um dos órgãos de assistência direta e imediata à Ministra de Estado.

Dentre as diversas competências atribuídas à AECI/MPO, destacam-se as seguintes atribuições relacionadas à área de controle:

- assessorar diretamente a Ministra de Estado nas áreas de controle, de gestão de riscos, de transparência e de integridade da gestão;
- prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pela Ministra de Estado em conselhos e em comitês, nas áreas de controle, de gestão de riscos, de transparência e de integridade da gestão;
- acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;
- acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e das deliberações do Tribunal de Contas da União, relacionadas ao Ministério, e atender outras demandas provenientes dos órgãos de controle, interno e externo, e de defesa do Estado;
- auxiliar na interlocução sobre assuntos relacionados à ética, à ouvidoria e à correição entre as unidades responsáveis do Ministério e os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;
- orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas.

Em 17 de fevereiro de 2023, foi expedida a Portaria GM/MPO 17/2023, que disciplina o tratamento de demandas de órgãos de controle no âmbito do MPO. Tal Portaria prevê que a AECI-MPO é responsável pelo recebimento e tratamento das demandas de órgãos de controle interno e externo ou por órgãos com competência para recomendar ao MPO.

Neste documento, iremos apresentar: I) atividades e funções da Assessoria Especial de Controle Interno (AECI); II) conceitos sobre o tratamento das demandas de órgãos de controle; III) fluxos e processos; IV) interlocução com o Tribunal de Contas da União (TCU) e com a Controladoria-Geral da União (CGU); V) interlocução da AECI com as Secretarias do MPO; e VI) processos de trabalho.

Na estrutura dos ministérios, foi inserida a unidade de Assessoria Especial de Controle Interno, responsável por atuar como interlocutora junto aos órgãos de controle.

O papel do Assessor Especial de Controle Interno foi definido no Decreto nº 3.591/200, o qual prevê a competência de apoiar tanto a CGU com as estruturas ministeriais às quais estão inseridos[1].

Atualmente, a Assessoria Especial de Controle Interno exerce também outras competências, tais como a coordenação dos programas de integridade, o fomento da gestão de riscos e o monitoramento da transparência.

Pode-se destacar os seguintes objetivos das Assessorias Especiais de Controle Interno:

- assessorar o Ministro de Estado;
- apoiar na condução do programa de integridade;
- promover cultura de integridade, transparência, gestão de risco e accountability;
- supervisionar e orientar quanto às demandas de órgãos de controle;
- monitorar a transparência ativa e passiva;
- promover capacitações em controle , riscos, transparência e integridade;
- fazer interlocução com o ministério e os órgãos de controle e de defesa do Estado;
- supervisionar e orientar os gestores quanto à elaboração do Relatório de Gestão, do processo de contas e da Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR.

## PROPÓSITO

*Oferecer **assessoramento** qualificado aos gestores do Ministério nas áreas de gestão de riscos, controles internos, transparência e integridade para fortalecimento da governança interna e da interlocução com órgãos de controle.*

[1] Guia para Orientação das atividades das Assessorias Especiais de Controle Interno

## EIXOS DE ATUAÇÃO DA AECI-MPO

### INTERLOCUÇÃO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE

- Acompanhamento de deliberações e recomendações TCU e CGU
- Intermediação com secretarias MPO
- Interlocução com Casa Civil e Ministério da Fazenda para temas comuns
- Interlocução com AGU para temas de Controle Externo
- Coordenação de GTs para temas de órgãos de Controle
- Assessoria para Secretarias, SE e GM sobre dúvidas de Controle

### INTEGRIDADE PÚBLICA

- Coordenação da Gestão de Integridade no MPO
- Articulação com unidades internas, Ipea e IBGE
- Monitoramento e Avaliação do Plano de Integridade
- Execução de Ações para o Plano
- Coordenação do Subcomitê de Gestão de Riscos Transparência, Controle e Integridade

### GESTÃO DE RISCO

- Elaboração da política de gestão de riscos e da metodologia
- Oficinas para validação da metodologia
- Apoio à implementação no MPO (capacitações e acompanhamento)

### TRANSPARÊNCIA

- Monitoramento da transparência ativa (site MPO)
- Monitoramento do Plano de Dados Abertos
- Monitoramento da transparência passiva (atendimento à LAI)
- Fomento à transparência (via plano de integridade)

### APOIO À SUPERVISÃO MINISTERIAL

- Interlocução com as auditorias internas do Ipea e do IBGE

### REPRESENTAÇÃO DO MPO

- Comitê de Transparência, Integridade, Controle e Combate à Corrupção – CGU
- Comissão de Coordenação do Controle Interno - CCCI
- Comitê Gestor do Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio (PNEF)

# DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

A Assessoria Especial de Controle Interno é responsável pelo tratamento das demandas encaminhadas ao Ministério do Planejamento e Orçamento, pelos órgãos de controle interno e externo, conforme estabelecido pela Portaria GM/MPO Nº 17, de 17 de fevereiro de 2023.

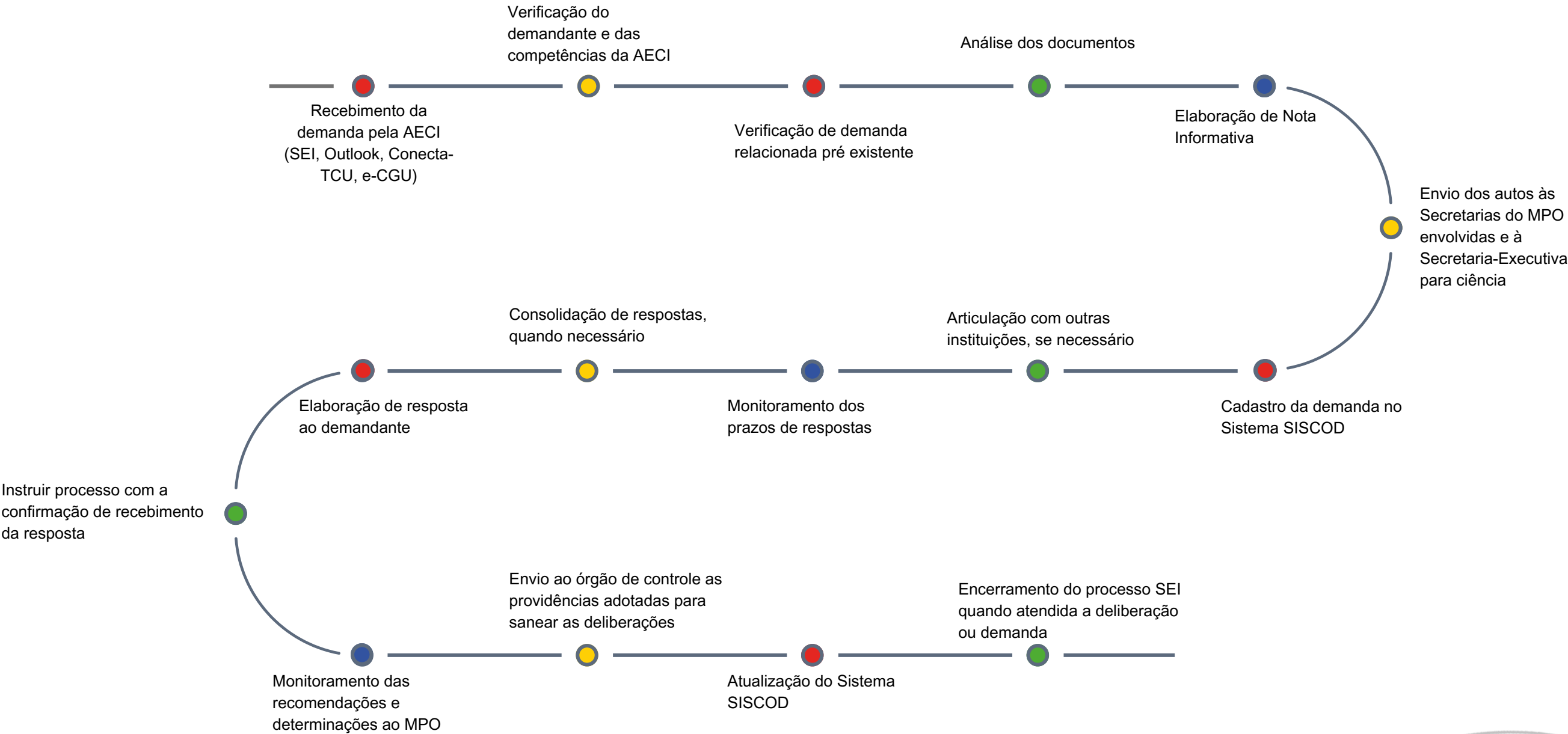
As demandas do Tribunal de Contas da União - TCU, Tribunal de Contas Estaduais e Municipais, Controladoria-Geral da União - CGU, Controladorias Estaduais e Municipais, Ministério Público da União - MPU, Ministério Público Estadual - MPE, Defensoria Pública da União - DPU, Polícia Federal - PF e outras polícias são tratadas pela AECI.

Cabe frisar, que as disposições da Portaria GM/MPO Nº 17 não se aplicam às requisições oriundas da Advocacia-Geral da União (AGU).



# DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

## TRATAMENTO DAS DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE NA AECI



# DEMANDAS ENVOLVENDO MAIS DE UM ÓRGÃO

A Assessoria Especial de Controle Interno irá intermediar reuniões de alinhamento quando a recomendação/determinação envolver outros órgãos além do MPO.

A AECI-MPO encaminhará o link da reunião às secretarias envolvidas na demanda para participação e contribuição dos técnicos.

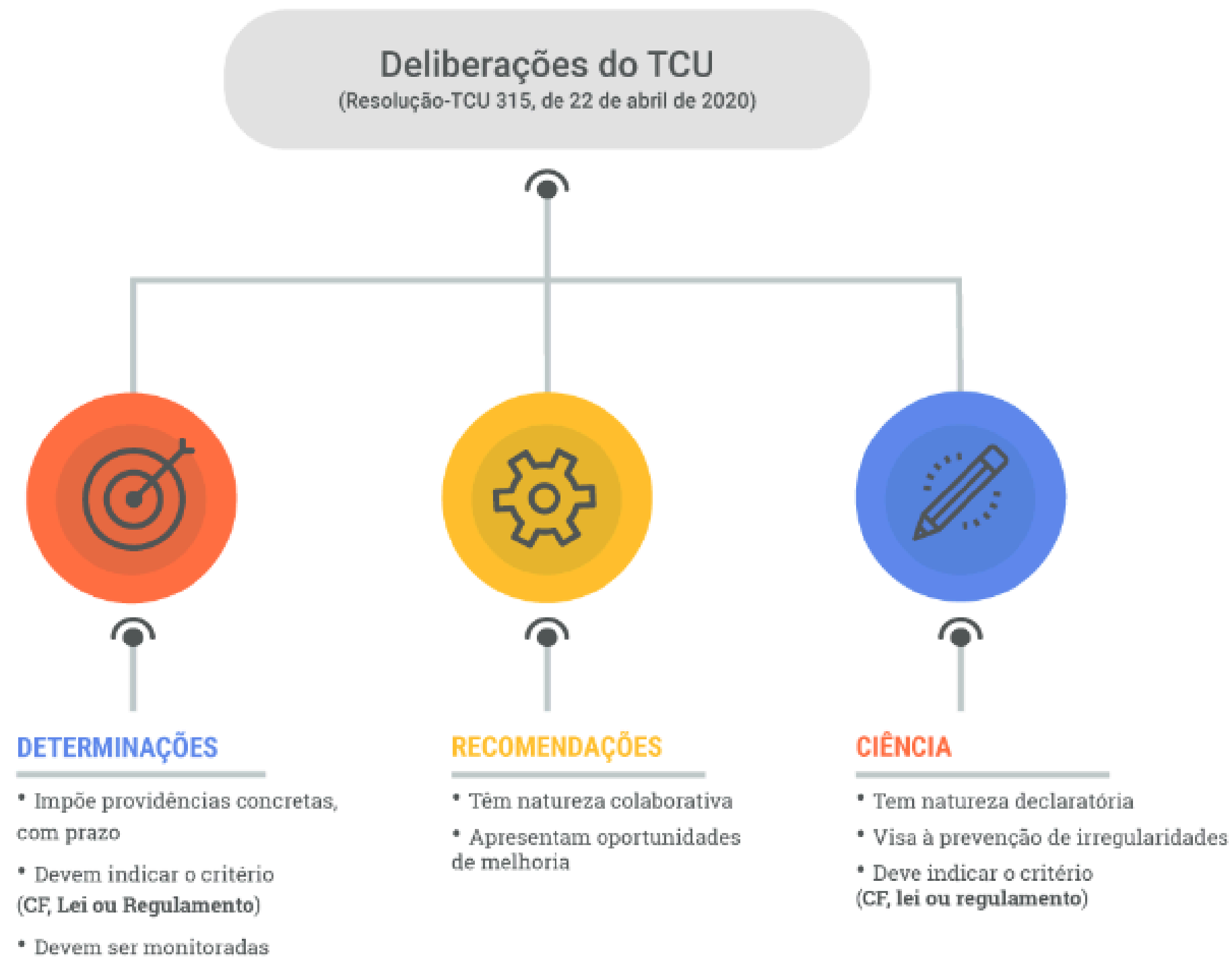
## DEMANDAS ENVOLVENDO PLANO DE AÇÃO

Quando houver demanda para elaboração de Plano de Ação, com envolvimento das áreas técnicas do MPO, a AECI-MPO deve acompanhar a elaboração do Plano de Ação e enviá-lo ao órgão de controle.

A AECI-MPO irá ainda acompanhar e monitorar os prazos estabelecidos no Plano de Ação.

Em caso de Grupos de Trabalhos criados para cumprir deliberações de órgãos de controle, incluindo cumprimento de Planos de Ações enviados, a AECI-MPO participará das reuniões e fará a intermediação entre os diversos atores e os técnicos do MPO.

# TIPOS DE DELIBERAÇÕES DO TCU



# TIPOS DE DELIBERAÇÕES DO TCU

## DETERMINAÇÕES

São de cumprimento obrigatório.

Possuem prazo.

São monitoradas.

Não podem restringir a discricionariedade do Gestor (Art. 5º Resolução TCU 315/2020).

## RECOMENDAÇÕES

Obediência facultativa.

Não devem ser genéricas e distantes da realidade.

## CIÊNCIA

Segundo a Resolução TCU 315/2020, ciência são alertas importantes do que o órgão não deve fazer e de critérios que devem ser observados. As ciências não têm prazo para monitoramento, contudo, **caso não observadas, podem acarretar descumprimento.**





# DEMANDAS ENVOLVENDO RECURSOS EXTRAJUDICIAIS PERANTE O TCU

Nos casos em que as Secretarias finalísticas do MPO verificarem a necessidade de representação extrajudicial perante o TCU, por não concordarem com as análises e determinações/recomendações do Tribunal, as secretarias irão encaminhar à AECl-MPO os processos instruídos, contendo os fundamentos e elementos de fato e de direito que subsidiem a elaboração de defesa técnica.

A AECl-MPO encaminhará então o pedido de representação extrajudicial à Consultoria Jurídica do MPO, que fará o recurso, se as determinações/recomendações recorridas só envolverem o MPO, ou encaminhará ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais - DEAEX da Consultoria-Geral da União, se as determinações/recomendações recorridas envolverem outros órgãos.



# TIPOS DE RECURSOS - TCU<sup>[2]</sup>

RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO	→	VISA IMPUGNAR DECISÃO DEFINITIVA EM PROCESSO DE PRESTAÇÃO OU TOMADA DE CONTAS, INCLUSIVE ESPECIAL	PRAZO: 15 DIAS
PEDIDO DE REEXAME	→	VISA IMPUGNAR DECISÃO DE MÉRITO PROFERIDA EM PROCESSO RELATIVO A ATO SUJEITO A REGISTRO (APOSENTADORIA E PENSÃO) E A FISCALIZAÇÃO DE ATOS E CONTRATOS	PRAZO: 15 DIAS
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	→	VISA SUPRIMIR OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO EM ACÓRDÃO DO TRIBUNAL	PRAZO: 10 DIAS
RECURSO DE REVISÃO	→	VISA RESCINDIR ACÓRDÃO. DEVE-SE FUNDAR EM ERRO DE CÁLCULO, NOVOS DOCUMENTOS, FALSIDADE DE DOCUMENTOS	PRAZO: 5 ANOS
AGRAVO	→	VISA IMPUGNAR DESPACHO COM CARGA DECISÓRIA	PRAZO: 5 DIAS

[2] Regimento Interno TCU

Uma das competências da Assessoria Especial de Controle Interno é acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União - CGU, visando a melhoria da gestão e atendimento do órgão de controle interno.

O sistema utilizado pela CGU, para monitoramento das recomendações, é o e-Aud, alterado recentemente para e-CGU.

Por meio do Sistema e-CGU, a AECl acompanha:

- as recomendações decorrentes das auditorias da CGU;
- as recomendações decorrentes das avaliações de políticas públicas, no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP; e
- as recomendações/determinações decorrentes das Prestações de Contas do Presidente da República - PCPR.



O TCU utiliza a Plataforma de Serviços digitais chamada Conecta-TCU para encaminhar informações, comunicações e fazer interação com os órgãos.

A Assessoria Especial de Controle Interno é responsável por acessar as comunicações endereçadas ao MPO, abrir processo no Sistema SEI, analisar os pedidos e comunicações e encaminhar às secretarias do MPO, para ciência ou providências.



## PEDIDO DE VISTA DOS PROCESSOS

Por meio do Sistema Conecta-TCU, a AECl solicita vista de processos em julgamento no TCU.

O pedido de vista permite que a AECl tenha acesso às peças do processo e informe, tempestivamente, às secretarias do MPO sobre as instruções das áreas técnicas do TCU, análise de recursos, expedição de Acórdãos.

## CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos dos processos do TCU começam a contar a partir da data da ciência no sistema Conecta-TCU, com exclusão do dia da ciência e inclusão do dia do vencimento.

# DEMANDAS SEM PRAZO

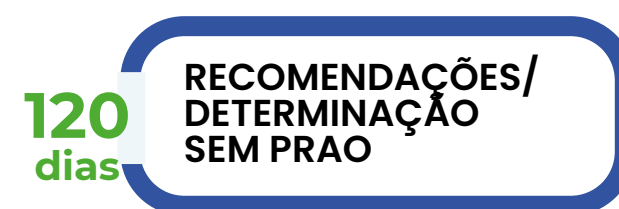
## RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCU E DA CGU

Para os casos de Recomendação e Determinação sem prazo definido, a AECI considerará o prazo de **cento e vinte dias**, conforme estabelecido pela Portaria GM-MPO Nº 17, de 17 de fevereiro de 2023, para que as áreas técnicas do MPO insiram, no processo SEI, as providências em andamento para cumprir as deliberações.

Após o prazo de 120 dias, a julgar pelas informações fornecidas pelas áreas técnicas, a AECI irá estabelecer novo prazo para monitoramento das recomendações, inserindo despacho no processo SEI.

## DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O prazo fixado para resposta às requisições do Ministério Público será de **10 (dez) dias úteis**, na forma do artigo 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93, a contar do recebimento.





# REUNIÕES DE ALINHAMENTO

Sempre que houver recomendação ou determinação endereçada ao MPO e a outros órgãos, a AECI-MPO deverá providenciar reunião de alinhamento, ou provocar os demais envolvidos para agendamento.

Ademais, no caso de demanda envolvendo mais de uma Secretaria do MPO, a AECI-MPO deve analisar as respostas e, caso perceba divergências, deverá agendar reunião de alinhamento com as áreas técnicas envolvidas e com as diretorias da Secretaria-Executiva.

AECI AGENDA REUNIÃO PARA  
ALINHAMENTO COM OUTROS ÓRGÃOS  
QUANDO HOUVER  
RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES.

PARTICIPANTES: AECI-MPO, ÁREAS  
TÉCNICAS DO MPO, DIRETORES DA  
SE/MPO, OUTROS ÓRGÃOS

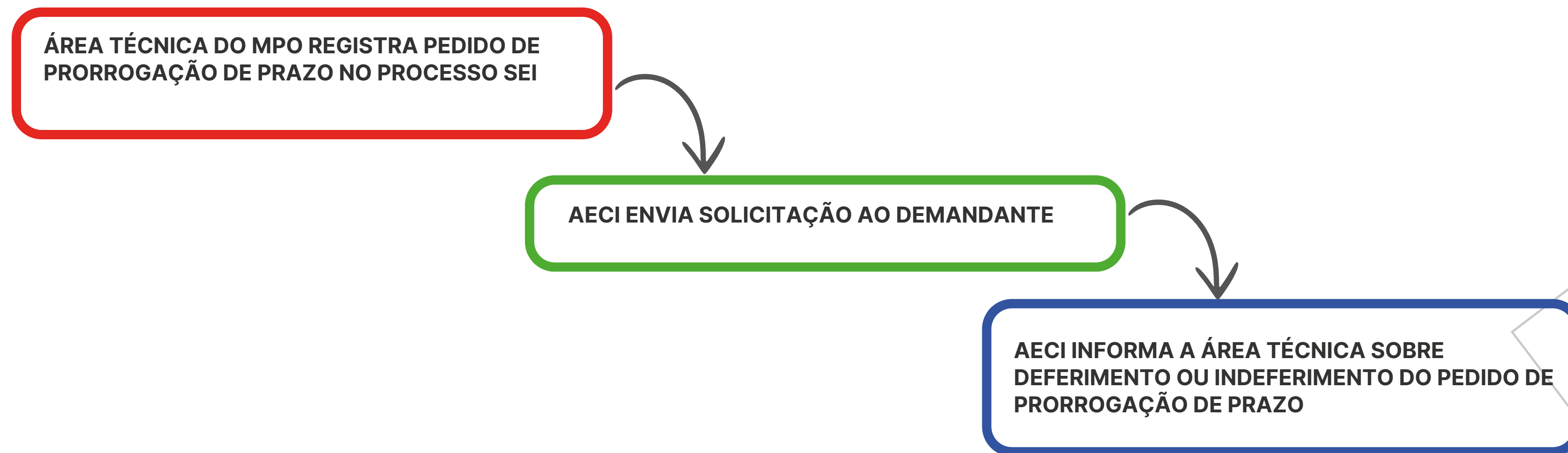
AECI AGENDA REUNIÃO PARA  
ALINHAMENTO EM CASO DE  
DIVERGÊNCIAS NAS RESPOSTAS.

PARTICIPANTES: AECI-MPO, ÁREAS  
TÉCNICAS DO MPO E DIRETORES DA  
SE/MPO

# PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Caso a área responsável pela manifestação solicite a dilação de prazo, a AECI deverá encaminhar pedido ao órgão demandante, via Ofício, de acordo com a justificativa expressa por despacho pela área finalística ou conforme acordado com os envolvidos na demanda.

Para os casos de Solicitação de Auditoria (CGU), a AECI deverá solicitar dilação via e-CGU, informando no Processo SEI à unidade envolvida acerca do deferimento do pleito.



# PLANO DE COMUNICAÇÃO AECI

O Plano de Comunicações AECI trata de iniciativa implementada pela Assessoria Especial de Controle Interno, do Ministério do Planejamento e Orçamento, com o objetivo de disponibilizar aos gestores informações tempestivas acerca de demandas e deliberações de órgãos de controle com efetivo ou potencial envolvimento das unidades do MPO.

O Plano de Comunicações AECI é constituído pelos seguintes informes:

- Pautas Semanais TCU;
- Pontos de Atenção;
- Relato Gerencial ao Secretário-Executivo do MPO;
- Informe Semanal à Ministra, quando pertinente; e
- Informe AECI – Fiscalizações Periódicas junto ao TCU – Temas SOF.



# PLANO DE COMUNICAÇÃO AECI

## PAUTAS SEMANAIS TCU

Semanalmente, às segundas, a AECI-MPO encaminha, via mensagem eletrônica, aos gestores do MPO, os assuntos relacionados ao Ministério que entraram na Pauta das Sessões do TCU.

### SESSÕES ORDINÁRIAS TCU

PLENÁRIO

ÀS QUARTAS 14H30

1ª CÂMARA

ÀS TERÇAS 15H

2ª CÂMARA

ÀS TERÇAS 10H30

### DESTINATÁRIOS DA COMUNICAÇÃO PAUTA TCU

SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO

PONTOS FOCAIS DAS SECRETARIAS  
COM TEMAS ENVOLVIDOS

DIRETORES DA SECRETARIA-EXECUTIVA



# PLANO DE COMUNICAÇÃO AECI

## PONTOS DE ATENÇÃO QUINZENAL

Quinzenalmente, a AECI-MPO disponibiliza informações relativas a demandas de órgãos de controle a vencer, assim como reuniões envolvendo demandas de controle na quinzena.

### DESTINATÁRIOS DA COMUNICAÇÃO PONTOS DE ATENÇÃO QUINZENAL



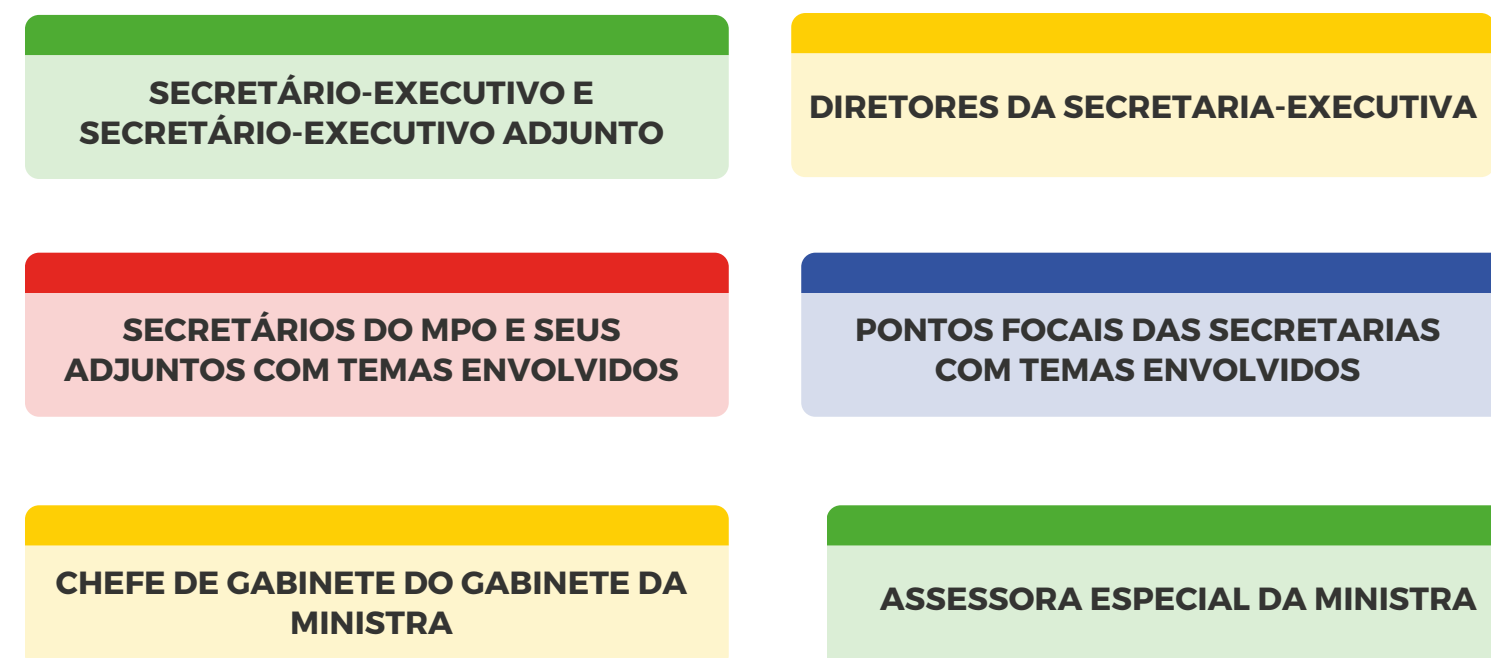
## RELATO GERENCIAL AO SECRETÁRIO-EXECUTIVO

O Relato Gerencial ao Secretário-Executivo é elaborado mensalmente e enviado, no primeiro dia útil do mês subsequente.

O Relato contém as informações relevantes do último mês sobre os temas:

- Demandas de órgãos de controle;
- Gestão de Riscos, Transparência e Integridade;
- Apoio à Supervisão Ministerial das Entidades Vinculadas.

### DESTINATÁRIOS DA COMUNICAÇÃO RELATO GERENCIAL



# PLANO DE COMUNICAÇÃO AECI

## INFORMES À SOF

Visando subsidiar gerencialmente à alta administração do MPO, a AECI-MPO e a SOF/MPO elencaram assuntos relevantes para envio de Informes Gerenciais sobre as fiscalizações periódicas junto ao TCU com temas da SOF.

Os Informes são enviados aos seguintes destinatários: Secretário-Executivo; Secretário-Executivo Adjunto; Secretário da SOF; Secretário da SOF Adjunto; Pontos focais da SOF; Diretores da SE; Chefe de Gabinete do GM; e Assessora da Ministra.

Abaixo seguem dos temas e prazos para envio dos Informes pela AECI-MPO.

TIPOLOGIA	PERIODICIDADE DA FISCALIZAÇÃO TCU	PERIODICIDADE PARA SOF	DATA DE ENVIO
AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS	BIMESTRAL	BIMESTRAL	1º DIA ÚTIL DE MARÇO, MAIO, JULHO, SETEMBRO, NOVEMBRO
CONFORMIDADE FISCAL DO PLOA DA UNIÃO	ANUAL	ANUAL	5º DIA ÚTIL DE ABRIL
RENÚNCIAS DE RECEITAS E DESPESAS OBRIGATÓRIAS D E CARÁTER CONTINUADO - DOCC	ANUAL	SEMESTRAL	5º DIA ÚTIL DE ABRIL E NOVEMBRO
ACOMPANHAMENTO DO PLDO DA UNIÃO	ANUAL	ANUAL	1º DIA ÚTIL DE OUTUBRO
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - PCPR	ANUAL	ANUAL	1º DIA ÚTIL DE DEZEMBRO

# PLANO DE COMUNICAÇÃO AECI

## INFORMES SEMANAIS À MINISTRA

Com objetivo de informar à Ministra do MPO e ao seu gabinete dos assuntos relevantes que entraram na pauta da semana no TCU, bem como dos últimos Acórdãos relevantes do TCU, às segundas-feiras, mesmo dia do informe da Pauta TCU e dos Alertas Quinzenais, a AECI-MPO envia Informe à assessoria da Ministra.

Observa-se que caso não haja pauta ou Acórdão relevante, não haverá Informe à Ministra.

# CONTATOS AECI

**SALA 330 - BLOCO K - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS**  
**RAMAL 5113**  
**[AECI.MPO@ECONOMIA.GOV.BR](mailto:AECI.MPO@ECONOMIA.GOV.BR)**